

COVID-19 nas penitenciárias brasileiras: Medidas implementadas na saúde para o enfrentamento da pandemia

COVID-19 in Brazilian penitentiaries: Measures implemented in health care to face the pandemic

Recebimento dos originais: 01/05/2021

Aceitação para publicação: 31/06/2021

Raphael Patriky Alves Almeida

Instituição: Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC), Porto Nacional – Tocantins.

Iara Sampaio

Instituição: Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC), Porto Nacional – Tocantins.

Anna Clara de Sousa Marques

Instituição: Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC), Porto Nacional – Tocantins.

Felipe Camargo Munhoz

Instituição: Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC), Porto Nacional – Tocantins.

RESUMO

A pandemia do vírus SARS-CoV-2 ao mesmo tempo em que revelou o despreparo mundial, evidenciou a disparidade de condições existentes entre as classes sociais e, com isso, o descaso em relação as populações marginalizadas.

Palavras - chave: Sistema prisional, Saúde coletiva, COVID-19.

ABSTRACT

The SARS-CoV-2 pandemic, while revealing the worldwide unpreparedness, showed the disparity of conditions between social classes and, therefore, the neglect of marginalized populations.

Key-words: Prison system, collective health, COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

Analisando o sistema penitenciário brasileiro, é notório o frequente descaso com questões humanitárias, observando-se extensas populações vivendo condições precárias de higiene e saúde. Tal problema amplia-se de forma cada vez mais crescente diante da circunstância atual gerada pela pandemia do vírus SARS-CoV-2 (SILVA IX, et al., 2021).

A transmissão do vírus SARS-CoV-2 ocorre a partir do contato com gotículas liberadas entre os indivíduos. Como existe intensa superlotação nas celas, este é um dos segmentos populacionais de maior risco e vulnerabilidade. Dessa forma, todas as medidas implementadas que destacam a prevenção e os

cuidados, necessitam considerar a complexidade desta doença, além de abrangerem as diferenças carenciais desse cenário (MAFRA DF, et al., 2021).

É necessário controlar o fluxo de contágio, que pode ocorrer de diversas formas, como o trânsito entre as grades para às comunidades locais, pelos agentes penitenciários, pelos profissionais de saúde, visitantes, além das pessoas transferidas (CRISPIM JA, et al., 2021).

2 OBJETIVO

Avaliar estudos bibliográficos a respeito dos principais desafios enfrentados pelas prisões no combate ao coronavírus, exemplificando a influência da cultura do encarceramento exercida nesse cenário. Evidenciar os impactos diretos na saúde dos encarcerados brasileiros durante a pandemia da COVID-19.

3 MÉTODOS

Foi conduzida uma revisão bibliográfica com o propósito de identificar artigos completos, avaliando a associação entre o sistema penitenciário brasileiro e as medidas efetivas na prevenção da saúde durante a pandemia do novo coronavírus. As buscas foram efetuadas nas bases de dados Scientific Electronic Management (Scielo), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Scholar. Os termos de busca utilizados foram, “COVID-19 no sistema prisional”, “pandemia e penitenciárias” e “saúde dos encarcerados e SARS-CoV-2”. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2021. Não foram utilizadas publicações que não se enquadrassem nos critérios adotados ou que não estivessem disponíveis na íntegra, de forma gratuita para download. Foram selecionados então 8 artigos que cabiam nesses critérios de elegibilidade.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É muito importante que se discutam os impactos da pandemia por COVID-19 na população carcerária. Isso constitui um problema de saúde pública muito importante no enfrentamento a pandemia. Isso pode ser potencializado pelas características físicas do sistema penitenciário, com celas superlotadas, pouco ventiladas e com acesso limitado a água para higiene (SANCHÉZ A, et al., 2020).

O grau dessa adversidade é ainda maior, considerando que o sistema de saúde prisional já se encontrava frágil e conturbado mesmo antes da pandemia, com em altas taxas de mortalidade por doenças infecciosas potencialmente curáveis, como a tuberculose. Além disso, o sistema penitenciário brasileiro conta com um grande número de profissionais, que também estão expostos ao ambiente muitas vezes propício ao contágio, que aumenta o coeficiente de contaminação em até 8 vezes quando comparado com a população livre, resultando assim numa possível fonte de infecção para a população geral (SILVA IX, et al., 2021).

Todas as ações e medidas desenvolvidas nas unidades prisionais para a prevenção do novo coronavírus que focam no cuidado em saúde, precisam levar em consideração a complexidade da doença frente ao cenário penitenciário, bem como as necessidades a serem atendidas. Pode-se considerar, então, os desafios inerentes ao controle da pandemia no sistema penitenciário brasileiro, necessário, portanto, para a efetivação das políticas públicas estabelecidas pelo Programa Integral de Atenção das Pessoas no Sistema Prisional, que visa os cuidados de prevenção da doença, tendo como precaução um colapso no sistema prisional, que já conta com todas as suas fragilidades (CRISPIM JA, et al., 2021).

5 DISCUSSÃO

Conforme os princípios constitucionais de igualdade e universalidade do acesso à saúde, as pessoas privadas de liberdade que pertencem aos grupos de risco, devem ser incluídas no cronograma de vacinação estabelecido para a população em geral. A vacinação contra o coronavírus deve ser um instrumento de reversão de iniquidades em saúde para as pessoas que mais precisam, tal como a população carcerária, uma vez que as condições ambientais e o acesso à assistência tendem a ser piores nas prisões, enfrentando maiores obstáculos no acesso à saúde. Diante disso, o acesso à vacinação, associado à ampliação das medidas básicas de controle de transmissão nas prisões, sendo interligado a testes diagnósticos e assistência em conformidade com as boas práticas clínicas, são fundamentais para a assistência à saúde nesse cenário limitado dos cárceres brasileiros (SIMAS L, et al., 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário desafiador das penitenciárias brasileiras é acentuado pela expansão da pandemia da COVID-19, uma vez que a insuficiência de recursos orçamentários afeta saúde dos presidiários e os expõe a condições de descaso, impactando em conjunto também os trabalhadores do sistema prisional. Torna-se necessário, portanto, a efetivação das políticas públicas estabelecidas pelo Programa Integral de Atenção das Pessoas no Sistema Prisional enquanto se aguarda a aplicação das vacinas, assim como a informatização dos profissionais de segurança e de saúde, a disponibilização de EPI, testes diagnósticos a adequação de práticas.

REFERÊNCIAS

1. BONATO PPQ, VENTURA CAA, CAETANO MHD. Covid-19 e o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: da Crise Sanitária à Violação Epidêmica do Direito Humano à Saúde no Contexto Prisional. **RDP**, Volume 17, n. 94, 522-540,2020.
2. CRISPIM JA, et al. Impacto e tendência da COVID-19 no sistema penitenciário do Brasil: um estudo ecológico. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(1):169-178, 2021.
3. MAFRA DF, et al. Atuação do Departamento Penitenciário Nacional na Pandemia da COVID-19 com foco na prevenção e na atenção à saúde no Sistema Prisional. **Revista Brasileira de Execução Penal**, 2021, v. 2, n. 1, p. 109-132.
4. PISEA AL, SAMPAIO SC, FIGUEIREDO CP. COVID-19 nas prisões brasileiras: uma análise sob a égide da cultura do encarceramento. **Revista Interfaces**,2020, V.8, N.3.
5. RUIZ JLS, ABRANTES MM. O sistema prisional brasileiro e a Covid-19: prevenção e desafios. **Revista Libertas**,2020, v. 20, n.2, p. 619-642.
6. SÁNCHEZ A, et al. COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública? **Cad. Saúde Pública**,2020; 36(5):e00083520.
7. SILVA IX, et al. A decadência do Sistema Prisional brasileiro e as medidas alternativas para o enfrentamento do COVID-19. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, V.13, N.1, 2021.
8. SIMASL, et al. Por uma estratégia equitativa de vacinação da população privada de liberdade contra a COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, 2021; 37(4):e00068221.